



VIRTUAJUS

Revista de Graduação da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas

APRESENTAÇÃO - *VirtuaJus*. v. 4, n. 6. 2019

Tema do dossiê atual:

“Ética, Direito e Meio Ambiente: Interseções e Conexões.”

Magda Guadalupe dos Santos*

Segundo Sergio Pinna (2007), em se tratando de proteção ambiental, pode-se evidenciar, por certa perspectiva otimista, uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, que empurraria para alhures os problemas ambientais insuperáveis a cada momento da história. O sonho de se poder viver num mundo ecologicamente respeitado, tal como propõe Norberto Bobbio, em *A Era dos Direitos* (1992), sonho este que integraria um nível avançado de direitos protegidos internacionalmente, parece distante, a cada dia mais, especialmente do cenário brasileiro contemporâneo. Se as teses de certo otimismo antineomalthusiano caíam por terra no contexto político e econômico atual, se parecem bem distantes de nós os ideais aproximativos das condições ambientais exigidas e experimentadas em países com aplicações políticas adequadas de proteção ambiental e que gozam de respeito e credibilidade no cenário da política internacional, (PINNA, 2007, p.36), de fato é preciso sempre questionar qual o lugar que ocupamos nos quadros valorativos dos problemas éticos e ecológicos da contemporaneidade.

Decerto a dimensão ecológica não abrange apenas a relação do ser humano com a natureza, mas também com as forças ideológicas que sustentam tarefas e perspectivas distintas sobre o *ethos* – tomado como hábitos e costumes – que almejamos construir para nós, por meio de ações voluntárias e involuntárias que demonstram a continuidade e sustentação do mito da centralidade do homem, do crescimento econômico e do progresso científico (PINNA, 2007, p. 45). A tessitura ética ocidental não parece haver se preocupado

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integrante de Editores Associados da Revista VirtuaJus. FMD. PUC Minas.

em proceder a revisões sistêmicas da intencionalidade cultural em favorecer a degradação ambiental. Hoje, pode-se ler com certo pesar esse projeto de autodeslumbramento antropocêntrico diante de um cenário pouco crítico da gradual alteração ambiental muito recentemente percebida como um dos males mais graves dos séculos XX e XXI.

As concessões hedonísticas de busca de prazer excessivo da cultura ocidental, uma sociedade pouco disposta a examinar de novo a própria linha de pensamento que exalta o bem-estar como único objetivo a ser buscado para a consecução final da modernidade e do progresso, parecem desconsiderar que, na relação entre os seres humanos – como mulheres e homens em busca de equilíbrio em todos os níveis –, permanecem ainda fundamentais os tópicos de integração entre o ser humano e o meio ambiente. Problematizar o liame ontológico do ser humano com o mundo, com periódicas revisões dos planos de operacionalidade capitalista, antropocêntrica e de relatividade ética bastante comprometida com as questões econômicas, que privilegiam certos valores morais em detrimento de outros, questionar e criticar as escolhas axiológicas não parece algo simples entre nós. Sem dúvida, repensar o lugar social e político que o sujeito humano, em suas variações de gênero, sexo, etnia, entre outros, ainda ocupa em cenário do século XXI significa abrir-se a questionamentos acerca do lugar de proteção do meio ambiente como um esforço ético condizente com a própria preservação da vida humana. Tais problemas se incorporam no *ethos* da contemporaneidade, para aguçar continuamente a proposta humana sobre o futuro da humanidade. Que lugar se quer ocupar no mundo em que se vive? Esse tipo de questão, entre outras e em várias projeções, é trabalhado nos vários artigos que integram o presente volume da revista *VirtuaJus*, da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas.

No presente volume, que é relativo ao primeiro semestre de 2019, inaugurando o dossiê temático, encontra-se o texto de editorial da Profa. Marinella Machado Araújo, que discorre pontualmente acerca das questões ambientais no cenário atual, tais como o desenvolvimento sustentável e a atenção de tópico tão polêmico pelos governos mundiais.

Contamos também com uma entrevista concedida pela Profa. María Luisa Femenías, da Universidade de La Plata, Argentina, em que se demonstra o rigor de uma vida dedicada à pesquisa em filosofia, teorias e práticas feministas e acadêmicas, com elaborações continuadas de artigos e livros, em que ressalta a preocupação com a justiça e equidade nas questões de gênero e a complexa relação entre poder e violência histórica.

Os artigos que compõem o dossiê são de grande qualidade acadêmica, realçando uma dimensão dialógica entre direito, filosofia, ciências sociais e afins, em vários planos

argumentativos. Neste sentido, inicia-se o dossiê com o artigo [Limites do Poder Normativo dos Tribunais De Contas](#) de Júlio César dos Santos Esteves e Camila Luísa Sampaio Magalhães. Abrindo a interlocução temática entre direito, ética e filosofia, encontra-se o artigo [Sabedorias Pré-Platônicas e o Ethos do Filósofo](#) de Jacyntho Lins Brandão. Como análise das questões ambientais, há o artigo [Os Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade Amazônica: Proteção Jurídica e Sustentabilidade](#) de Ana Carolina Couto Matheus. A nova interlocução temática encontra-se no artigo [Gênero, Filosofia e Tempo do Outro. Um Diálogo entre Teorias Feministas do Século XX e XXI e seus Referenciais Ético-filosóficos](#) de Magda Guadalupe dos Santos. O artigo de título [Ciberespaço e Trabalho: Perspectivas e Desafios em torno do Primado do Valor Social](#) tem como autores Ranidson Gleick Amâncio e Souza e Alexandre Pimenta Batista Pereira. Finalizando o dossiê, encontra-se o artigo [O Discurso Sobre Justiça em Lévinas: Atenas ou Jerusalém ? O Outro Humanismo como Prática da Justiça](#) de Mário Gomes Ferreira e Luan Durães Souza.

Na seção Temática Livre, os artigos são também de fundo interlocutivo, com diversos textos e perspectivas metodológicas diferenciadas sobre questões atuais no universo ético, jurídico e as regulações de normas sociais e de publicidade. O primeiro artigo [Possibilidade de Aplicação do Artigo 129, §9º, do Código Penal em Casos de Violência Doméstica Praticada contra Vítimas do Gênero Masculino](#) traz como autoras Gabriella Véo Lopes da Silva e Mariana Miranda Santos. O segundo artigo da seção se intitula [Quem é a Lei? Contribuições da Obra de Franz Kafka para a Crítica do Juiz como Autoridade](#), de Bruno Rodrigues Leite e Vitor Maia Veríssimo. Integra também esta seção o artigo [A Importância da Bioética e do Biodireito para os Direitos do Nascituro](#) de Mariana Cardoso Penido dos Santos e Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins. O artigo [Socioafetividade: Efeitos Jurídicos no Direito Sucessório e seu Reconhecimento Post Mortem](#) tem como autoras Pollyanna Marinho Medeiros Cerewuta, Anna Isabel Sousa Teles e Samara Pereira De Souza. Já o texto [A Tarifação do Dano Extrapatrimonial no Direito do Trabalho](#) é escrito por Jackson Queiroz de Oliveira e Fábio Murilo Nazar. O artigo acerca da [Verdade e Poder como Restrição Versus a Ética como Possibilidade Inflexiva](#) é de Thiago Teixeira e, finalmente, [Termos de Uso e Política de Privacidade](#) tem como autora Janice Aparecida de Souza.

Na seção de artigos de discentes, quatro artigos demonstram o perfil acadêmico de estudantes da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas. Entre os artigos de acadêmicos-

discentes encontra-se o texto, escrito a várias mãos, [Teoria Dos Jogos e a Recuperação Judicial: Estudo de Caso do Plano de Recuperação Judicial da Saraiva e Siciliano S/A e da Saraiva S/A Livreiros e Editores](#), de Beatriz Chagas Brandão, Bruno Wilke Diniz Mariani Bittencourt, Carolina Cotta Barbosa de Sá Alvarenga, Clara Amédée Péret Motta, Clara Carvalho Loureiro, Gabriel Nepomuceno Barbosa, Gabriela Santiago Borges, Mateus Bastos Pereira Carneiro e Sophia Galbas Rezende. Ainda nesta seção, também se pode ler o texto [Análise da Eficácia do Estatuto da Pessoa com Deficiência Tendo como Base a Teoria de Kant Sobre o Esclarecimento e a Concepção de Hegel Sobre a Dignidade Humana](#), de Luisa de Figueiredo Guimarães. [Análise da Eficácia do Estatuto da Pessoa com Deficiência Tendo como Base a Teoria de Kant Sobre o Esclarecimento e a Concepção de Hegel Sobre a Dignidade Humana](#) traz a assinatura de Ana Luisa de Figueiredo Guimarães. De outra feita, há o artigo [O Fenômeno das “Fake News” no Direito Brasileiro: Implicações no Processo Eleitoral](#) de Naiane Mendonça. O texto [A Criação de Pavilhões Específicos Destinados a Homossexuais Masculinos e Travestis, como Forma Eficaz de Proteção à Integridade Física e Psicológica no Estabelecimento Prisional do Município de Vespasiano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais](#) é de Débora do Carmo Martins Guedes.

Finalmente, a resenha crítica do livro de Djamila Ribeiro, com o título [Resenha do livro de RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?](#) tem como autores, Matheus Henrique de Souza, Robson Figueiredo Brito, que encerra com grande estilo o presente volume.

Esperamos que todos os leitores possam disfrutar do que Roland Barthes nomeava como “o prazer de ler”, sempre em moldes éticos e dialógicos, a realidade histórica em nos inserimos na práxis do agir humano.

REFERÊNCIAS

PINA, Sergio. **La protezione dell'ambiente**. Il contributo della filosofia dell'economia e della geografia. Milano: Franco Angeli, 2007, p. 36.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, [1990],1992.